



Vol. 10, Nº 23 (diciembre / dezembro 2017)

ÁREA COSTEIRA: VALORAÇÃO AMBIENTAL E TURISMO

Liuzelí Abreu Caripuna¹

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Universidade Federal do Pará (UFPA).
liuzeliacaripuna@gmail.com

Galtiane Pantoja de Freitas²

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Universidade Federal do Pará (UFPA).
galtianepantoja@gmail.com

Márcia Aparecida da Silva Pimentel³

Prof^a. Dr^a. do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Universidade Federal do Pará (UFPA).
mapimentel@ufpa.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Liuzelí Abreu Caripuna, Galtiane Pantoja de Freitas y Márcia Aparecida da Silva Pimentel (2017): "Área costeira: valoração ambiental e turismo", Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 23 (diciembre / dezembro 2017). En línea:
<http://www.eumed.net/rev/turydes/23/area-costeira.html>

RESUMO

A valoração ambiental nos últimos anos tem se apresentado como método significativo aplicado à conservação ambiental, principalmente em decorrência do atual sistema caracterizado pelo padrão de consumo desordenado e exploratório dos recursos naturais. Nesse sentido, verificar a percepção das pessoas sobre investimentos monetário à conservação ambiental levou a realização desta pesquisa, que tem por objetivo relacionar a influência de três variáveis socioeconômicas: faixa etária, escolaridade e renda, com a Disposição a Pagar (DAP) para a conservação da praia do Chapéu Virado na Ilha de Mosqueiro, localizada a aproximadamente 72 Km de Belém-PA. Utilizou-se como metodologia as abordagens quantitativa, descritiva, exploratória e a técnica Disposição a Pagar (DAP). Para tanto foram aplicados 200 questionários aos visitantes da praia do Chapéu Virado, na tentativa alcançar diferentes usuários foram utilizados períodos diferentes de visitaç o (feriado prolongado e fim de semana comum). Na interpretação dos dados foi utilizado a estatística descritiva. Os resultados apontaram que os frequentadores est o em sua maioria dispostos a pagar mensalmente pela conserva o da praia, no ano de 2016, 53% dos entrevistados estavam dispostos a pagar um valor m dio mensal entre R\$1,00 a R\$10,00 e 48% n o, resultado equiparado ao ano de 2017 com 52% dipostos a pagar um valor m dio mensal de R\$10,00 e R\$50,00 e 47% n o DAP. No entanto, h  de considerar que o resultado aponta uma quase equiparidade entre os valores de DAP e n o DAP nos dois anos pesquisados, dessa maneira possivelmente a aplicabilidade de uma tarifa o pode levar a conflitos entre os que utilizam o local, ou seja, uma certa relut ncia na implanta o desse custo.

Palavras-chave: Turismo. Valora o Ambiental. Conserva o. Disposi o a Pagar.

ABSTRACT

The environmental valuation in recent years has been presented as a significant method applied to environmental conservation, mainly due to the current system characterized by the pattern of disordered

and exploratory consumption of natural resources. In this sense, to verify the perception of the people about monetary investments to the environmental conservation led to the accomplishment of this research, whose objective is to relate the influence of three socioeconomic variables: age range, education and income, with the Disposal to Pay (DAP) for conservation from the beach of Chapéu Virado on Mosqueiro Island, located approximately 72 km from Belém-PA. The quantitative, descriptive, exploratory and the Disposition to Pay (DAP) techniques were used as methodology. For this purpose, 200 questionnaires were applied to visitors to the beach of Chapéu Virado. In the attempt to reach different users, different visitation periods were used (extended holiday and common weekend). In the data interpretation, descriptive statistics were used. The results indicated that the regulators were mostly

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais pela UFPA. Bacharel em Turismo pela UFPA.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais pela UFPA. Especialista em Agricultura Familiar pela UFPA. Bacharel em Administração pelo Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM).

³ Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Geografia pela USP. Graduação em Geografia pela USP.

willing to pay monthly for beach conservation in the year 2016, 53% of the respondents were willing to pay an average monthly value between R \$ 1.00 and R \$ 10.00 and 48% , a result equivalent to the year 2017 with 52% willing to pay an average monthly value of R \$ 10.00 and R \$ 50.00 and 47% not DAP. However, it must be considered that the result points to a near-equivalence between the DAP and non-DAP values in the two years surveyed, thus possibly the applicability of a charging can lead to conflicts between those who use the place, that is, a certain reluctance to implement this cost.

Keywords: Tourism. Environmental Assessment. Conservation. Willingness to pay.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história viu-se que o uso inadequado dos recursos naturais provocou impactos irreversíveis ao meio ambiente, tais fatores impulsionaram uma parcela da sociedade a direcionar o debate para as questões ambientais, pode-se dizer que o marco desse discurso se deu, principalmente na década 1970 com a Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo. Durante a Conferência tais questões foram debatidas a nível global, onde foi possível perceber as contradições entre o “desenvolvimento” embasado no modelo capitalista e o meio ambiente, nessa mesma ocasião criou-se o conceito normativo de desenvolvimento sustentável, que na época denominou-se como “abordagem do ecodesenvolvimento”.

No Relatório *Brundtland* de 1987, elaborado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), foi publicado o conceito de desenvolvimento sustentável, definido como a capacidade das atuais gerações atenderem suas necessidades sem comprometer os recursos necessários para satisfazer as necessidades das gerações futuras (BRUNDTLAND *apud* SCHARF, 2004). Diante desta conjuntura, várias atividades passaram a ser repensadas, dentre elas a atividade turística, haja vista, que o intenso fluxo desordenado de pessoas pode acarretar vários passivos ambientais, principalmente quando a atividade se desenvolve em área costeira considerado um ambiente “[...] ecologicamente frágil [...]” (BRASIL, 2010, p. 23).

Nesse sentido, falhas no plano de gestão ambiental pode ocasionar prejuízos aos ecossistemas costeiros que são submetidos e atingidos pelos impactos antropogênicos (NASCIMENTO, 2009). Logo,

uma das características significativas da gestão ambiental constitui-se na mensuração dos valores dos ativos ambientais expressando o investimento necessário para a preservação de tais bens.

Esta pesquisa tem por objetivo relacionar a influência de três variáveis socioeconômicas: faixa etária, escolaridade e renda, com da Disposição a Pagar (DAP) para a conservação da praia do Chapéu Virado na Ilha de Mosqueiro, localizada a aproximadamente 72 Km de Belém-PA. Os procedimentos metodológicos tiveram por base uma metodologia descritiva e exploratória, assim como, a utilização do Método de Contingente Direto, caracterizado aqui como Disposição a Pagar (DAP). Na interpretação dos dados foi utilizado a estatística descritiva, para tanto foram aplicados 200 questionários aos visitantes da praia do Chapéu Virado em diferentes períodos (feriado prolongado e fim de semana comum). Acredita-se ser de fundamental importância o discurso acerca da valoração ambiental com o intuito de preservação e/ou conservação dos recursos naturais.

2. VALORAÇÃO AMBIENTAL COMO RECURSO USADO NA ATIVIDADE TURÍSTICA

Diante das atuais facilidades que o mundo globalizado proporciona às sociedades modernas é perceptível o aumento de viagens motivado por diversas razões, deslocando um número considerado de pessoas ao redor do mundo. De acordo com Ignarra (2003) o turismo teve sua gênese quando o homem motivado por questões comerciais deixa de ser sedentário e começa a viajar. O turismo tem-se tornado objeto de estudo de diversas áreas se transformando em fonte de pesquisa de vários autores e organizações, gerando um arcabouço com inúmeros definições acerca do tema, dentre elas destaca-se o conceito exposto por De La Torre (1997) em que expõe o turismo como um fenômeno associado ao deslocamento de indivíduos ou grupos de pessoas de forma voluntária e temporária sem a prática de atividades lucrativas ou remuneradas, incentivados por motivos de recreação, descanso, cultural, saúde e outros, possibilitando uma inter-relação no âmbito ambiental, social e econômico.

Corroborando com De La Torre (1997) na definição de turismo, Bucho (2010) ressalta a associação do turismo com o deslocamento de pessoas motivadas a usufruir do patrimônio natural ou cultural. Para o economista Shurlem (1911 *apud* BARRETO, 1995) o turismo abrange diversas áreas, em especial a econômica, haja vista, que a geração de divisas esta estritamente ligado as etapas de chegada, permanência e saída de um visitante à um país, estado ou município. Para Cabugueira (2005) o turismo pode fomentar as potencialidades naturais, históricas e sociais de uma região, no entanto, não é o turismo que acarreta o desenvolvimento de um determinado lugar, mas sim, o seu nível de desenvolvimento que transforma o turismo favorável ou não a esse processo.

Assim, o turismo bem planejado pode se apresentar como uma atividade econômica de papel expressivo no desenvolvimento local, viabilizando a geração de divisas para a localidade receptora, podendo inclusive, influenciar de maneira sistêmica nos diversos setores. Logo, a atividade turística destaca-se por permear os principais campos da sociedade moderna desenvolvendo-se num contexto ambiental, social e econômico.

No entanto, na concepção de Cruz (2003) o turismo deve ser visto num primeiro momento como uma prática social, ou seja, não pode ser realizado de maneira isolada ou afastado de um contexto

social, conseqüentemente a cultura é caracterizada como a maior representatividade de uma localidade para que a atividade turística seja conquistada. Nesse sentido, a possibilidade de inclusão social esta relacionada com o turismo viabilizando ações que minimize impactos negativos e maximize os positivos a fim de proporcionar uma atividade mais responsável nos âmbitos ambiental, econômico, social, cultural entre outros (SCÓTOLO; PANOSSO NETTO, 2015).

A atividade turística por vezes se destaca por apresentar aspectos negativos significativos onde se fixa, proporcionado principalmente pelo intenso deslocamento voluntário e temporário, essa característica, na sua maioria é associada por alguns autores como turismo de massa, este proporciona um barateamento de despesas da viagem, facilitando o deslocamento de várias pessoas (CRUZ, 2003). O turismo de massa sem um planejamento adequado, na sua maioria traz grandes prejuízos ambientais e detrimento de as divisas geradas, ao tratar dessa atividade, vê-se que na literatura associa-o ao turismo de sol e praia, haja vista, que lugares de belezas cênicas singulares sem custo adicional à visita movimentada com grande fluxo de pessoas

O turismo de sol e praia é definido como uma atividade relacionada à recreação, entretenimento, lazer ou descanso em praias em função de elementos água, sol e calor associados (BRASIL, 2010). Essa atividade se expande, principalmente em âmbito nacional a partir da década de 1970 impulsionada pela construção de residências no litoral (MORAES, 1995). É importante considerar que o turismo de sol e praia desenvolve-se em áreas ecologicamente frágeis de preservação permanente, necessitando de uma atenção mais efetiva, principalmente na sua gestão ambiental para evitar e/ou minimizar impactos (BRASIL, 2010).

Logo, se evidencia a relevância que as áreas costeiras têm para o ecossistema englobando de maneira sistêmica o setor econômico e social e como são áreas frágeis, carecem de uma gestão que corresponde às suas necessidades. Cabe ressaltar que no Art. 225 do Cap. VI da Constituição Brasileira de 1988 todos têm o direito ao meio ambiente equilibrado com se observa a seguir:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, atribuindo ao Poder Público, e também à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Mesmo tendo por Lei o direito garantindo à todos de um ambiente ecologicamente equilibrado, ainda são inúmeros os casos de áreas costeiras que apresentam inúmeros passivos ambiental.

De acordo com exposto, vê-se Sachs (1986) exibir a gestão racional do meio ambiente como uma redefinição de todos os objetivos e de todas as modalidades da ação por meio do desenvolvimento econômico e social contínuo. Dessa forma gerir os recursos ambientais contribuiria para direcionar ações em prol de um desenvolvimento sustentável. De acordo com Mattos e Mattos (2004), a sustentabilidade pode ser entendida como um conceito que depende da escala de tempo e espaço. Onde, cita Constanza (1991), onde a sustentabilidade é uma relação harmônica entre sistemas econômicos e sistemas ecológicos maiores, sendo ambos dinâmicos.

Portanto, podemos analisar a importância da harmonia entre esses sistemas nos espaços que ocupamos e exploramos, por meio de implementações de medidas necessárias conduzir para o direcionamento de atividades com maior manutenção do entorno, reaproveitamento de recursos e disponibilidade para gerações futuras. A discussão sobre o desenvolvimento sustentável levou ao desenvolvimento do papel da economia para a preservação ambiental e a utilização de recursos naturais. Segundo Mattos e Mattos (2004) a economia ecológica é uma evolução desses pensamentos que une a problemática da utilização adequada dos recursos com a função e a capacidade ambiental.

Na busca de internalizar os prejuízos que o uso desenfreado dos recursos naturais vem apresentando em seus processos produtivos e na geração de resíduos se faz necessária avaliar a os diversos estoques naturais, a dinâmica enquanto capital manufaturado e contribuição para o alcance da escala sustentável. A valoração ambiental poderia contribuir também para diminuição do consumismo indiscriminado pela população, se a mesma pagasse custos reais pelo que está sendo consumido poderia repensar sua compra ou diminuir o consumo.

De acordo com Mattos e Mattos (2004) o valor econômico total integra valor de utilização futura com o valor de uso dos bens e serviços da natureza. Assim, cita autores como Munasinghe (1992) e Turner (1991), onde afirmam que o valor econômico total (VET) é o valor de uso (VU) e de não-uso (VNU). E que o valor de uso se subdivide em valor de uso direto (VUD), valor de uso indireto (VUI) e valor de opção (VO), além do valor de não-uso apresentar valor de existência (VE) e valor de legado (VL). Como apresentasse abaixo:

$$\begin{aligned} \text{VET} &= \text{VU} + \text{VNU} \text{ ou} \\ \text{VET} &= (\text{VUD} + \text{VUI} + \text{VO}) + (\text{VE} + \text{VL}) \end{aligned}$$

Os métodos de valoração apresentam diverso enfoques para sua aplicação de acordo com propósito (MATTOS; MATTOS, 2004).

No caso desse estudo, o foco está no método de Valoração contingente. Que, segundo Mota (2017), esse método procura mensurar o impacto no nível de bem-estar dos indivíduos na variabilidade quantitativa ou qualitativa dos bens ambientais, incluindo a premissa de Disposição a Pagar por esses bens que estão dentro de um mercado hipotético, onde o consumidor determina um preço que estaria disposto a pagar associando a valor social dos bens e serviços dos recursos naturais. A técnica em destaque é de valor contingente direto ou de mercado hipotético onde analisa a partir das respostas dos consumidores quanto os mesmos estariam dispostos a pagar uma situação hipotética para que um parque, praça, praia, etc. não seja exposta a poluição ou para que sejam conservados os seus recursos e a vida animal.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

Em relação ao procedimento metodológico estabelecida nesta pesquisa diante da problemática em questão, optou-se pela abordagem quantitativa como o intuito de direcionar a pesquisa a partir da objetividade dos dados. Para Fonseca (2002) os aspectos relevantes da pesquisa quantitativa diz respeito a linguagem matemática usada para descrever as causas de um fenômeno a partir da relação entre variáveis.

Desta maneira, pretende-se averiguar, através de aplicação de questionários, a percepção dos usuários em área costeira em relação às questões ambientais, dando destaque aos turistas, visitantes e/ou excursionista. A fim de se ter uma amostra representativa que asseguraria a possibilidade de uma generalização dos resultados (GÜNTHER, 2006), dos atores escolhidos. Tais questionários foram aplicados em períodos de alta e baixa temporada, considerado como de maior e menor fluxo turístico, respectivamente, para compreender melhor a percepção dos usuários de área costeira perante a problemática abordada.

Além da abordagem quantitativa, vê-se as abordagens descritiva e exploratória como sendo fundamentais para a pesquisa, haja vista, que a pesquisa descritiva procura descrever as características de determinadas populações ou fenômenos e a exploratória cuja finalidade é possibilitar uma maior familiaridade com o assunto (GIL, 2007). Conjuntamente com esses procedimentos metodológicos anteriores, utilizou-se o método DAP, para observar a medida de valor que os consumidores atribuem ao que desejam comprar (MATTOS; MATTOS, 2004).

Reforçando a teoria do valor, no que tange a quantificação econômica dos fenômenos ecológicos outro autor, Tolmalsquim (*apud* MOTA, 2017) explica que um valor econômico total dos recursos ambientais (VERA) está associado ou não ao valor de uso. Assim, $VERA = (VUD + VUI + VO) + VE$, onde $VU = VUD + VUI + VO$, VU= Valor de uso, VUD= Valor de uso direto, VUI= Valor de uso indireto, VO= Valor de Opção, VE= Valor de Existência.

3.2 ÁREA DE ESTUDO

Segundo registros Mosqueiro, localizada a aproximadamente a 72 Km de Belém, teve suas primeiras habitações de colonizadores portugueses por volta do século XVIII, no entanto, os índios Tupinambas já residiam nesse lugar. O nome da ilha originou-se a partir da prática de moquém ou moqueio¹ realizada pelos índios Tupinambás, nos primeiros séculos de colonização portuguesa os litorais eram responsáveis pelo abastecimento da capital, Belém, desta maneira a prática de moquear tornou-se constante, haja vista, que naquela época não existia tecnologia de refrigeração nem o uso de sal (PAIVA, 2017). Ao longo anos estabeleceu-se o nome Mosqueiro, alguns historiadores correlacionam o uso do termo à algumas cidades de Portugal e Espanha, haja vista, que os colonizadores não conheciam a palavra moqueio, mas conheciam mosqueiro.

A partir do século XIX, viu-se um intenso desenvolvimento econômico na cidade de Belém, principalmente em decorrência do ciclo da borracha, como a Ilha de Mosqueiro se encontrava próximo ao centro, começou a receber investimentos direcionados a infraestrutura do lugar (NASCIMENTO, 2009),

assim como, a edificação de luxuosas residências destinadas para o período de férias da classe média e alta da capital (FURTADO, 2009).

A ilha de Mosqueiro possui 17 km de praias de água doce, associadas ao regime de maré (BRASIL, 2013), a população residente das áreas urbana e rural somam mais de 33 mil moradores (BRASIL, 2010). A economia da região é baseada nos serviços decorrente da prática do turismo de segunda residência (BRANDÃO, 2014), além da produção agropecuária. Dentre as várias praias que compõe o arquipélago de Mosqueiro (Figura 1), tem-se a praia do Chapéu Virado, caracterizada como um das praias mais visitadas. Seu nome se origina da fabricação de chapéus com abas pelos colonos

¹ Moqueio: secar a carne sobre uma grade para sua melhor conservação. Passar a carne pelo fogo para não se estragar (LUIS, 2010). portugueses, que no decorrer do tempo a expressão “chapéu beirado” transformou-se em chapéu birado” e por fim “chapéu virado”, devido ao intenso vento que “virava” a aba do chapéu do cabloco, no entanto, há historiadores que relatam que o nome se deu pelos cablocos corrompidos do movimento Cabano que identificava a beira como parte virada do chapéu (BRANDÃO, 2014). A elite de Belém via a praia Chapéu Virado com seu lugar preferido por ser extremamente bucólica e possuir uma paisagem de beleza paradisíaca (PAIVA, 2017).

Figura 1 - Localização da Praia do Chapéu Virado



Fonte: Google Maps, 2017.

Na Ilha de Mosqueiro existe inúmeros problemas ambientais, dentre os quais destacam-se o aumento do desmatamento de algumas áreas decorrente da abertura de vias marginais, a extração de madeira e de areia de forma irregular, expansão da especulação imobiliária próximo a beira mar, assim como da ocupação desordenada de moradias precárias e da imigração de famílias de baixa renda motivadas por preços mais acessíveis de terrenos do que na região metropolitana (GUSMÃO, 2014). Outro problema que tem se agravado devido ao intenso fluxo turístico no local é a geração e a

disposição inadequada de resíduos sólidos, principalmente na extensão da praia. Segundo Braga *et al.* (2002) o problema dos resíduos está diretamente relacionado as dificuldades no saneamento básico atrelado ao crescimento populacional e ao processo de urbanização intenso e desordenado proveniente do elevado padrão de produção e consumo.

De acordo com a Agência Distrital (DOL, 2016) a sazonalidade, principalmente na alta temporada, correlacionados aos períodos de férias, feriados e finais de semanas prolongados chega em torno a 500 mil visitantes que procuram a Ilha como destino de lazer e recreação. Nesse sentido, os impactos oriundos do processo de urbanização e do fluxo turístico tornam-se cada vez mais preocupante, necessitando de ações pensadas localmente a fim de minimizar tais impactos, haja vista, que tais problemas não afetam só a população, mas sim os seres vivos que necessitam das condições abióticas existentes nesse local.

3.3 COLETA DE DADOS

A amostragem foi realizada de forma aleatória, levando em consideração apenas a disponibilidade do visitante em participar da pesquisa. Foram aplicados 200 questionários da DAP aos visitantes da praia do Chapéu Virado, sendo esta, escolhida devido ao fácil acesso de transporte público e ficar mais próximo aos locais centrais, como: Igreja matriz católica Nossa Senhora da Conceição, grandes grupos de farmácias, restaurantes, padarias, ou seja, uma grande concentração de serviços e mercadorias.

Com intuito de obtenção de parâmetros de valores econômicos e coleta de dados socioeconômicos, como: sexo, idade, renda familiar, quantidade de pessoas residem na casa, escolaridade e origem geográfica. Além de perguntas direcionadas, acerca de: frequência que vem a ilha de mosqueiro, frequenta em altas ou baixas temporadas, se considera ou não a praia limpa, opinião sobre a limpeza pública, opinião sobre saneamento público, disposição a pagar (DAP), não disposição a pagar (não DAP), valor que estaria disposto a pagar e motivo de não estar disposto a pagar.

Na tentativa de abranger diferente usuários em diferentes períodos de temporadas de visitação, estipulou-se a realização de duas visitas, consistindo a primeira em 4 de novembro de 2016 e a segunda aplicação foi em 17 de novembro de 2017, sendo a segunda para ampliar o número de entrevistados como forma de validar e averiguação do primeiro dia de aplicação.

Em relação ao DAP foi exposto aos entrevistados um cenário hipotético: onde fosse destinado um certo valor mensal para a conservação da praia do Chapeu Virado, levando em consideração a fauna, flora local e a qualidade dos serviços ambientais. A partir desse contexto, buscou-se verificar a influência de três aspectos socioeconômicos, tais como: idade, escolaridade e renda familiar.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados obtidos durante pesquisa quantitativa foram analisados a partir da técnica estatística descritiva. Esta técnica possui como finalidade a síntese de valores de mesma natureza para que se tenha uma visão global desses valores para posteriormente organizá-los e descrevê-los em tabelas, gráficos e medidas descritivas (GUEDES *et al.*, 2006).

Desta maneira, os dados obtidos nessa pesquisa quantitativa são apresentados através de tabelas e gráficos, estes utilizados como recurso visual da estatística representando um fenômeno e possibilitando colocar em evidência as ocorrências ocasionais, os valores mínimos e máximos e também as ordens de grandezas dos fenômenos que estão sendo observados (GUEDES *et al.*, 2006).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada na praia do Chapéu Virado em Mosqueiro, apontou a partir da visita “*in loco*” a sua infraestrutura, que ao longo da praia estão disponibilizados de maneira intercalar estabelecimentos padronizados com área de cozinha, cobertura e banheiro, que funcionam como bares e restaurantes, assim como, casas de segunda residência as margens da avenida principal, com calçamento e ciclovia. Foi visualizado também a disposição do esgoto, este era despejado diretamente na praia sem qualquer tratamento.

A pesquisa foi realizada num primeiro momento no período de alta temporada (final de semana prolongado) no ano de 2016, com aplicação de 100 questionários, devido a equiparidade dos dados em relação aos que estavam dispostos a pagar pela conservação da praia (52%) e os não dispostos (48%) houve o interesse em aplicar mais 100 questionários no período de baixa temporada (final de semana comum) no ano de 2017, com o intuito de validar o resultado anterior ou de obter novos resultados. No segundo momento o resultado obtido foi quase idêntico ao anterior, 53% estavam dispostos a pagar pela conservação da praia e 47% não estavam dispostos.

O perfil apresentado pelos entrevistados foi com predominância oriundos da capital, cidade de Belém, com 58%, do gênero feminino abrangendo 57%, e com uma frequência de visita acima de 4 vezes por ano de 76%. Em relação a amostra, 83% não considera a praia do Chapéu Virado limpa e 17% avalia a praia como limpa. Ao serem perguntados sobre a limpeza pública a maioria enfatizou a precariedade do serviço (totalizando 80%) onde obteve-se de 50% para opção regular e 30% para ruim, incluindo a avaliação de saneamento público os entrevistados consideraram 48% ruim e 45% regular, totalizando 93% com uma percepção de debilidade desse serviço público.

Na Tabela 1, ao avaliar o DAP, a predominância é dos indivíduos que estão dispostos a pagar (52%) pela conservação da praia do Chapéu Virado, destes a maioria está na faixa etária de 21 a 50 anos, totalizando 67,30%. Em relação ao frequentadores que não estão dispostos a pagar (48%) observa-se que as porcentagens estão proporcionais entre si, dando destaque para as faixas etárias de 21 a 30 anos (22,92%) e acima de 51 anos (22,92%). Na tabela 2, dos 53% indivíduos que estão dispostos a pagar, a maioria se encontra na faixa etária de 21 a 50 anos, somando 84,9%. Em relação ao

frequentadores que não estão dispostos a pagar (47%) observa-se que o maior percentual esta na faixa etária acima de 51 anos (40,43%).

A partir dos resultados pressupõem-se que os que estão dispostos a pagar concentram-se em uma faixa etária com discernimento ambiental mais maduro, e consciente. E, no que tange, aos indivíduos que não estão dispostos a pagar estima-se que o resultado foi reflexo da realidade econômica pela qual o país e o mundo estão passando de crise financeira onde, no Brasil ocorre uma crise política e que talvez esteja gerando uma insegurança quanto ao dividendo para a conservação de um bem para uso público, haja vista, que os resultados desse credibilidade política esta nas idades 21 a 30 anos e acima de 51 anos.

Tabela 1: Faixa etária dos indivíduos que estão dispostos ao pagamento ou não de uma taxa mensal para a conservação do praia do Chápeu Virado no ano de 2016.

Idade	Dispostos a Pagar			Não dispostos a pagar		
	Frequência	%	% Acumulativo	Frequência	%	% Acumulativo
< 20 anos	8	15,39	15,39	9	18,75	18,75
21 a 30 anos	13	25	40,39	11	22,92	41,67
31 a 40	11	21,15	61,54	9	18,75	60,42
41 a 50 anos	11	21,15	82,69	8	16,66	77,08
> 51 anos	9	17,31	100	11	22,92	100
TOTAL	52	100		48	100	

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Tabela 2: Faixa etária dos indivíduos que estão dispostos ao pagamento ou não de uma taxa mensal para a conservação do praia do Chápeu Virado no ano de 2017.

Idade	Dispostos a Pagar			Não dispostos a pagar		
	Frequência	%	% Acumulativo	Frequência	%	% Acumulativo
< 20 anos	2	3,78	3,78	2	4,26	4,26
21 a 30 anos	18	33,96	37,74	11	23,4	27,66
31 a 40	15	28,3	66,04	12	25,53	53,19
41 a 50 anos	12	22,64	88,68	3	6,38	59,57
> 51 anos	6	11,32	100	19	40,43	100
TOTAL	53	100		47	100	

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A partir da correlação entre o grau de escolaridade e a disposição a pagar (Tabela 3), nota-se que total de 73,07% dos entrevistados possuem o ensino médio completo (50%), e ensino superior completo (23,07%), e que a maioria dos que não estão dispostos a pagar também estão praticamente com o mesmo grau de escolaridade, ensino médio completo com 35,42% e ensino superior completo com 16,67% acrescentando apenas o nível fundamental incompleto (16,67%), totalizando 68,76%. Na Tabela 4, 52,83% dos entrevistados que estão dispostos a pagar possuem ensino médio completo e 15,09% possuem ensino superior completo, os que não estão dispostos a pagar apresentam ensino fundamental

completo (12,77%), ensino médio completo (46,22%) e ensino superior completo (12,77%). Desta maneira, os resultados demonstram uma predominância dos indivíduos com o mesmo grau de escolaridade liderando os índices de DAP e não DAP (ens. médio comp. e ens. superior comp.), assim não pode-se inferir os motivos pelos quais levam as suas decisões quanto valorização pela conservação da praia estão vinculados aos seus conhecimentos acadêmicos.

Tabela 3: Grau de Escolaridade dos indivíduos que estão dispostos ao pagamento ou não de uma taxa mensal para a conservação do praia do Chápeu Virado no ano de 2016.

Grau de Escolaridade	Dispostos a Pagar			Não dispostos a pagar		
	Frequência	%	% Acumulativo	Frequência	%	% Acumulativo
E. Fund. Incompleto	5	9,62	9,62	8	16,67	16,67
E. Fund. Completo	1	1,92	11,54	7	14,58	31,25
E. Médio Incompleto	6	11,54	23,08	4	8,33	39,58
E. Médio Completo	26	50	73,08	17	35,42	75,00
E. Superior Incompleto	2	3,85	76,08	4	8,33	83,33
E. Superior Completo	12	23,07	100	8	16,67	100
TOTAL	52	100		48	100	

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Tabela 4: Grau de Escolaridade dos indivíduos que estão dispostos ao pagamento ou não de uma taxa mensal para a conservação do praia do Chápeu Virado no ano de 2017.

Grau de Escolaridade	Dispostos a Pagar			Não dispostos a pagar		
	Frequência	%	% Acumulativo	Frequência	%	% Acumulativo
E. Fund. Incompleto	2	3,78	3,78	3	6,38	6,38
E. Fund. Completo	5	9,43	13,21	6	12,77	19,15
E. Médio Incompleto	6	11,32	24,53	5	10,64	29,79
E. Médio Completo	28	52,83	77,36	22	46,8	76,59
E. Superior Incompleto	4	7,55	84,91	5	10,64	87,23
E. Superior Completo	8	15,09	100	6	12,77	100
TOTAL	53	100		47	100	

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

No que se refere a Tabela 5, os entrevistados que estão dispostos a pagar se concentram na faixa de renda familiar entre 1 e 4 salários mínimos (1 salário mínimo = R\$880,00) no ano de 2016, totalizando 80,77%, já em relação aos que não estão dispostos a pagar concentram-se na faixa de rendimento de 1 a 2 salários mínimos com 62,5%. Na Tabela 6, os dispostos a pagar possuem renda familiar entre 1 e 4 salários mínimos (1 salário mínimo = R\$937,00) no ano de 2017, totalizando 73,59%, já em relação aos

que não estão dispostos a pagar a concentração permanece na faixa de 1 a 4 salros mínimos com 76,59%.

Desse modo, pode-se supor que os indivíduos com uma renda um pouco mais elevado são motivados na busca de lugares que tenham uma infraestrutura adequada aos seus critérios, e dentro desse contexto uma qualidade ambiental. No entanto, os que não estão dispostos a pagar pode-se supor que os entrevistados dessa faixa podem ter outras prioridades e não querem dispor um valor a mais para a conservação do local.

Tabela 5: Renda Familiar dos indivíduos que estão dispostos ao pagamento ou não de uma taxa mensal para a conservação do praia do Chápeu Virado no ano de 2016.

Renda Familiar	Dispostos a Pagar			Não dispostos a Pagar		
	Frequência	%	% Acumulativo	Frequência	%	% Acumulativo
< de 1 sal. mínimo	2	3,85	3,85	4	8,33	8,33
1-2 sal. mínimos	22	42,31	46,16	30	62,5	70,83
3-4 sal. mínimos	20	38,46	84,62	9	18,75	89,58
> de 5 sal. mínimos	8	15,38	100	5	10,42	100
TOTAL	52	100		48	100	

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Tabela 6: Renda Familiar dos indivíduos que estão dispostos ao pagamento ou não de uma taxa mensal para a conservação do praia do Chápeu Virado no ano de 2017.

Renda Familiar	Dispostos a Pagar			Não dispostos a Pagar		
	Frequência	%	% Acumulativo	Frequência	%	% Acumulativo
< de 1 sal. mínimo	8	15,09	15,09	5	10,64	10,64
1-2 sal. mínimos	29	54,72	69,81	20	42,55	53,19
3-4 sal. mínimos	10	18,87	88,68	16	34,04	87,23
> de 5 sal. mínimos	6	11,32	100	6	12,77	100
TOTAL	53	100		47	100	

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Dos 100 primeiros entrevistados, 52% que estão dispostos a pagar foi perguntando que valor mensal disponibilizariam para a conservação desse bem público como pode ser observado na Tabela 7, os maiores valores estão agrupados entre R\$1,00 e R\$ 10,00, ou seja, 71,15% dos indivíduos tem essa disponibilidade financeira para dispor de suas rendas na conservação da praia Chapéu Virado. Em relação aos 100 entrevistados no ano de 2017 (Tabela 8), observou-se que dos 53% que estão dispostos a pagar, 22,64% disponibilizariam mensalmente 10,00 e 33,96% 50,00 ou mais para a conservação da Praia. É importante considerar a diferenciação da contribuição por parte dos frequentadores, em 2016 os frequentadores contribuiriam com valores menores em relação aos de 2017.

Tabela 7: Valor da DAP mensal para a conservação da praia do Chapéu Virado no ano de 2016.

Quanto estaria disposto a pagar mensalmente	Frequência	%	% Acumulativo
1,00	15	28,85	28,85
5,00	11	21,15	50
10,00	11	21,15	71,15
15,00	3	5,77	76,92
20,00	6	11,54	88,46
25,00	3	5,77	94,23
> 50.00	3	5,77	100
TOTAL	52	100	

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Tabela 8: Valor da DAP mensal para a conservação da praia do Chapéu Virado no ano de 2017.

Quanto estaria disposto a pagar mensalmente	Frequência	%	% Acumulativo
1,00	6	11,32	11,32
5,00	5	9,43	20,75
10,00	12	22,64	43,39
15,00	2	3,78	47,17
20,00	8	15,09	62,26
25,00	2	3,78	66,04
> 50.00	18	33,96	100
TOTAL	53	100	

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A partir do total dos que não DAP (Tabela 9), foi perguntado aos mesmos os motivos pelos quais não estavam dispostos a pagar, observou-se que 39,58% afirmaram “já pagar impostos”, 33,34% justificaram que a praia “é um bem público”, 10,42% explicam que “não tem condições financeiras” para a contribuição da conservação. Na Tabela 10, os que não estavam dispostos a pagar (40,43%) atribuíram ser “responsabilidade do poder público” e 38,29% justificaram “já pagar impostos”. Essas 3 alegações

foram as principais explicações dos entrevistados para não dispor de uma tarifação sobre seus rendimentos.

Tabela 9: Motivos de **não** DAP para a conservação do praia do Chápeu Virado.

Qual motivo para não pagar	Frequência	%	% Acumulativo
Já paga impostos	19	39,58	39,58
É um bem público	16	33,34	72,92
Não tem condições financeiras	5	10,42	83,34
Todos são responsáveis	3	6,25	89,59
Não vê necessidade	2	4,17	93,76
Não frequenta muito	1	2,08	95,84
Não é morador	1	2,08	97,92
Ajudaria a limpar	1	2,08	100
TOTAL	48	100	

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Tabela 10: Motivos de **não** DAP para a conservação do praia do Chápeu Virado.

Qual motivo para não pagar	Frequência	%	% Acumulativo
Já paga impostos	18	38,29	38,29
Responsabilidade do poder público	19	40,43	78,72
Não tem condições financeiras	3	6,38	85,1
Todos são responsáveis	2	4,26	89,36
Não frequenta muito	2	4,26	93,62
Têm outras prioridades	3	6,38	100
TOTAL	47	100	

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Os resultados apontaram que os frequentadores estão em sua maioria dispostos a pagar mensalmente pela conservação da praia do Chapéu Virado. No entanto, há que considerar que o resultado aponta uma quase equiparidade entre os valores de DAP e não DAP nos dois anos pesquisados, dessa maneira possivelmente a aplicabilidade de uma tarifação pode levar a conflitos entre os que utilizam o local, ou seja, uma certa relutância na implantação desse custo.

Por conseguinte, essa percepção conflituosa entre os DAP e não DAP se sobressai entre os 3 aspectos socioeconômicos (idade, escolaridade e renda) destacados, onde não há grandes diferenciação nos valores dos índices apresentados nas tabelas anteriores.

Em suma, a internalização dos prejuízos advindos do turismo desordenado, caracterizado pelo turismo de massa, pode ser minimizado com a aplicação do método de DAP, haja vista, que o mesmo contribui para desacelerar o uso indiscriminado dos recursos naturais, como no caso, a praia do Chapéu Virado que vem ao longo dos anos sofrendo passivos ambientais em decorrência do elevado número de visitação sem planejamento ambiental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises apresentadas revelou a percepção da importância ambiental dos entrevistados, cuja os quais consideram a relevância de se destinar um valor para a conservação de um bem público. Supostamente essas preocupações com as questões ambientais podem estar vinculadas ao fato de os governantes não estarem atuando de maneira efetiva na gestão ambiental de locais como a praia do Chapéu Virado. Acredita-se também que a mídia, as ONG's, e demais ações ambientais podem estar contribuindo na propagação desse conhecimento.

Apesar de se identificar a preocupação de todos os entrevistados com a conservação do meio ambiente, houve uma linha muito tênue entre os indivíduos que estavam dispostos e não dispostos a pagar, visto que os mesmos consideram essa responsabilidade do poder público e não pretendem disponibilizar mais dinheiro para essa ação. Portanto, os que consideraram relevante a DAP ainda assim, ofereceram valores baixos como evidenciado acima.

As informações coletadas e analisadas dão visibilidade à necessidade da internalização dos prejuízos visíveis ao longo da praia do Chapéu Virado, no entanto verifica-se a necessidade da maior consciência com a conservação ambiental, visto que os entrevistados aparentavam estarem preocupados, porém tal característica não era refletida em seus atos, como a geração resíduos sólidos (lixo orgânico e não orgânico) sem coleta seletiva e disponibilizados ao longo da praia indiscriminadamente. Acentua-se então, a importância do método da DAP como instrumento de debate e aplicabilidade no âmbito socioambiental.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Margarida. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L., BARROS, M. T. L.; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, N.; JULIANO, N.; EIGER, S. *Introdução à Engenharia Ambiental*. v.1. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

BRANDÃO, Eduardo. *Mosqueiro Pará Brasil*. 2014. Disponível em: <<http://mosqueirosustentavel.blogspot.com.br/2014/12/mosqueiro-historia-de-um-arquipelago.html>>. Acessado em: 13 nov. 2016.

_____. *Mosqueiro Pará Brasil*. 2014. Disponível em: <<http://mosqueirosustentavel.blogspot.com.br/2014/12/as-praias-de-mosqueiro.html>>. Acessado em: 13 nov. 2016.

BRASIL. Jusbrasil. 2013. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/> > . Acessado em: 04 nov. 2017.

_____. Ministério do Turismo. *Turismo de sol e praia: orientações básicas*. 2.ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática. 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1378>>. Acessado em: 10 nov. 2017.

_____. *Constituição Brasileira*, Art. 225 capVI. Brasília, 1988.

BUCHO, D. J. C. A. *Patrimônio, Animação e Turismo*. 1ª ed. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre, 2010.

CABUGUEIRA, Artur. A importância econômica do turismo. *Revista turismo & desenvolvimento*. Vol. II (2). 2005, p. 97-104.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Introdução à geografia do turismo*. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003, p. 6.

DE LA TORRE, Oscar. *El turismo: fenómeno social*. 2 ed. México: 1 ed. Fondo de cultura económica, 1997.

DOL, Diário Online. *Clima foi de tranquilidade nas praias de Mosqueiro*. 2016. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-373119-clima-foi-de-tranquilidade-nas-praias-de-mosqueiro.html>>. Acessado em: 13 nov. 2016.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

FURTADO, A; JUNIOR, O. *Impactos Ambientais do Desmatamento e Expansão Urbana na ilha de Mosqueiro* (Belém- PA). Universidade Federal do Pará (UFPA), 2009.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUEDES, Terezinha Aparecida; MARTINS, Ana Beatriz Tozzo; ACORSI, Clédina Regina Lonardan; JANEIRO, Vanderly. *Estatística descritiva*. Projeto de Ensino Aprender Fazendo Estatística. 2006. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAATxYAl/estatistica-descritiva?part=8>>. Acesso em: 03 out 2017.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Vol. 22 n. 2, 2006.

GUSMÃO, Luiz Henrique Almeida. *Cartografia e Impactos Ambientais na Ilha de Mosqueiro em Belém/PA*. 2014. Disponível em < <http://geocartografiadigital.blogspot.com.br/2014/08/impactos-ambientais-na-ilha-de.html>>. Acessado em: 10 nov. 2017.

IGNARRA, Luiz Renato. *Fundamentos do turismo*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

LUIS, José. *Dicionário informal*. 2010. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/moquear/>>. Acessado em: 13 nov. 2016.

MATTOS, Katty Maria da Costa; MATTOS, Arthur. *Valoração econômica do meio ambiente – uma abordagem teórica e prática*. São Carlos: RiMa, Fapesp, 2004. 2004. 148p.

MORAES. Os impactos da política pública urbana sobre a zona costeira. Programa Nacional do Meio Ambiente. Brasília, 1995.

MOTA, Maurício. A valoração dos bens ambientais na compensação ambiental. *Empório do Direito*, Florianópolis, nov. 2017. Seção Leitura. Disponível em: <http://emporiiododireito.com.br/leitura/a-valoracao-dos-bens-ambientais-na-compensacao-ambiental-por-mauricio-mota>. Acesso em: 22 de nov. 2017.

NASCIMENTO, E. C. P. *Avaliação dos impactos ambientais na região costeira da ilha de Mosqueiro – PA devido a ação antrópica*. Monografia 51 p. 2009. Universidade da Amazônia.

PAIVA, Paulo. A Ilha do Mosqueiro na rota da história. Disponível em: <<https://portalmosqueiro.jimdo.com/hist%C3%B3ria-de-mosqueiro/>>. Acessado em: 25 nov. 2017.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

SCÓTOLO, Denise; PANOSSO NETTO, Alexandre. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. *Revista de Cultura e Turismo – Cultur*, ano 09 – nº 0. 2015. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano9-edicao1/2.pdf>. Acessado em: 10 nov. 2015.